

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

AÇÕES INTERSETORIAIS E INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA EM FORTALEZA: UM ESTUDO SOBRE A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (2021-2025)

Thiago Simões de Queiroz¹

Leonel Gois Lima Oliveira²

RESUMO

O artigo analisa a efetividade das políticas públicas de inclusão socioeconômica implementadas em Fortaleza entre 2021 e 2025, destacando o papel central da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) e a importância de ações intersetoriais no enfrentamento das desigualdades urbanas. A discussão parte do reconhecimento de que a cidade, apesar de avanços relevantes em educação, mobilidade e proteção social, ainda apresenta profundas desigualdades territoriais decorrentes de um histórico de urbanização excludente. Com base em referenciais como Sen, Sposati, Yazbek e Gomide & Pires, o estudo adota a perspectiva do desenvolvimento como ampliação das capacidades humanas, enfatizando a necessidade de políticas que integrem proteção social, autonomia econômica e fortalecimento comunitário. A pesquisa, de natureza qualitativa e documental, examina planos estratégicos, relatórios institucionais e diretrizes programáticas, evidenciando que Fortaleza desenvolveu uma agenda robusta de inclusão que combina assistência social, transferência de renda, qualificação profissional, empreendedorismo e forte cooperação internacional. Entre os principais resultados observados estão a expansão da rede socioassistencial, o aprofundamento da territorialização das políticas, a criação de estratégias inovadoras de gestão e o fortalecimento de parcerias com organismos multilaterais como OMS, Bloomberg Philanthropies, CAF e Institute of the Americas. Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais: a dificuldade de formalização laboral dos beneficiários, a fragmentação dos dados intersetoriais e a necessidade de aprimorar mecanismos de avaliação de impacto e monitoramento longitudinal. O estudo conclui que a experiência de Fortaleza demonstra o potencial transformador das políticas fundamentadas na intersectorialidade, na cooperação internacional e na gestão orientada por evidências. Contudo, reforça que a consolidação dos resultados depende da continuidade das ações, da institucionalização de processos avaliativos e do fortalecimento das capacidades estatais. Por fim, recomenda-se ampliar pesquisas futuras para análises quantitativas, comparações intermunicipais e aprofundamentos territoriais, de modo a qualificar ainda mais o debate sobre inclusão socioeconômica nas cidades brasileiras.

¹Thiago Simões de Queiroz; Graduado em Comércio Exterior pela Universidade Fortaleza (UniFor); thiagosimoes2912@gmail.com

²Leonel Gois Lima Oliveira; Doutor em Administração pela FGV/EBAPE; dm.leoneloliveira@gmail.com

Palavras-chave: inclusão socioeconômica; intersectorialidade. políticas públicas urbanas.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, e em outros lugares em desenvolvimento, o debate sobre como reduzir as desigualdades e garantir que a riqueza da cidade chegue a todos não é mais um tema secundário; ele se tornou o foco central de quem pensa e executa a gestão pública e as políticas sociais. Logo, com o crescimento acelerado das cidades, surgiram centros urbanos com uma dinâmica super complexa, mas, infelizmente, cheios de desigualdades profundas. Por isso, é fundamental olhar de perto, entender o quanto o poder público municipal está conseguindo promover justiça, além de criar oportunidades verdadeiras e garantir os direitos cívicos. Logo, tal medida é de extrema importância para obter-se um regime democrático mais robusto e um compromisso social adequado na atualidade.

Nessa perspectiva, Fortaleza, capital do Ceará, é um exemplo marcante desse cenário. Embora a cidade tenha conquistado avanços importantes nas últimas décadas, como mais acesso à educação, melhoria no transporte, redes de proteção social mais fortes e políticas urbanas inovadoras, ela ainda revela profundas diferenças entre seus bairros e classes sociais. Como destacado por Pequeno (2020), a estrutura urbana da cidade foi construída por um histórico de urbanização desigual: as oportunidades e os serviços concentram-se nas áreas centrais, enquanto as regiões periféricas ainda abrigam territórios muito vulneráveis.

Esse quadro está fortemente relacionado à ideia de desigualdade estrutural. Nela, as condições socioeconômicas de uma pessoa não são apenas resultado de suas escolhas, mas de processos históricos, políticos e econômicos que moldaram a cidade e que limitam o acesso a recursos e oportunidades (Souza, 2018; Maricato, 2011). Diante disso, a gestão municipal tem um papel central: criar políticas públicas que sejam integradas, contínuas e feitas sob medida para cada território. O foco dessas ações deve ser promover a inclusão no trabalho, fortalecer as comunidades e garantir mais acesso a serviços essenciais e mecanismos de proteção civil.

Ao se considerar os referenciais teóricos da inclusão socioeconômica, destaca-se a contribuição de Amartya Sen (2000), que propõe compreender o

desenvolvimento como a expansão das capacidades humanas, individuais e coletivas, e não apenas como o aumento da renda ou do produto econômico. Para o autor, a inclusão requer a ampliação das liberdades reais, entendidas como o conjunto de oportunidades que permitem aos sujeitos viver com dignidade, autonomia e participação social. Essa perspectiva adquire especial relevância em contextos urbanos marcados por forte heterogeneidade social e desigual distribuição de oportunidades.

No contexto brasileiro, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) configuram-se como marcos institucionais fundamentais na consolidação de uma política pública de proteção social orientada pelo princípio dos direitos. De acordo com Sposati (2013), Yazbek (2021) e Raichelis (2018), o SUAS organiza um conjunto de ações que ultrapassam a dimensão emergencial da assistência, articulando a convivência comunitária, o fortalecimento de vínculos, a oferta de benefícios socioassistenciais, as políticas de transferência de renda e as iniciativas de inclusão produtiva.

No período que se seguiu à pandemia, com o agravamento das desigualdades, o aumento do trabalho informal e uma demanda social crescente, a Prefeitura de Fortaleza intensificou sua resposta voltada para a inclusão socioeconômica. Sob a coordenação da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), foram colocadas em prática ações conjuntas que unem assistência social, proteção aos grupos mais vulneráveis e criação de oportunidades de trabalho e renda. Programas de fortalecimento da rede social, iniciativas que envolvem diversos setores da gestão e projetos como o Fortaleza Inclusiva mostram um compromisso com a inovação social e uma forma de governar mais colaborativa, conforme defendido por Gomide e Pires (2014). Adicionalmente, a cidade buscou parcerias estratégicas com organizações internacionais de peso, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Bloomberg Philanthropies, o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e o Institute of the Americas. Essa cooperação é essencial para garantir o aprimoramento técnico, incorporar práticas inovadoras na execução das políticas e, assim, fortalecer a capacidade da gestão para que as ações locais sejam mais efetivas.

Dessa forma, analisar a efetividade dessas ações representa tanto uma necessidade acadêmica quanto uma demanda prática ao oferecer subsídios para o

aperfeiçoamento das políticas públicas, o fortalecimento institucional e o avanço de estratégias de equidade urbana. O presente estudo, portanto, examina as políticas de inclusão socioeconômica implementadas pela Prefeitura de Fortaleza entre os anos de 2021 e 2025, com o enfoque principal nas iniciativas conduzidas pela SDHDS, em suas parcerias intersetoriais, nos instrumentos de gestão e nos impactos sobre as populações vulnerabilizadas, buscando identificar avanços, desafios e contribuições para a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e democrática.

Problema de pesquisa

A complexidade crescente dos problemas sociais nas cidades brasileiras exige que as políticas públicas sejam capazes de enfrentar de frente, e de forma coordenada, as desigualdades entre os bairros, a fragilidade econômica e a dificuldade de acesso a direitos básicos. Em Fortaleza, mesmo com os avanços recentes e a rede de assistência social mais forte, ainda existem bolsões de exclusão social muito evidentes. Isso acontece, principalmente, em certas áreas que sofrem com baixa renda, poucas oportunidades e acesso desigual a serviços públicos. Esses fatores estruturais acabam alimentando ciclos de pobreza e marginalização que atingem com mais força as famílias mais vulneráveis e os grupos que foram historicamente excluídos.

Nesse cenário, a formulação e a execução de políticas municipais voltadas à inclusão socioeconômica, especialmente aquelas sob responsabilidade da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), assumem papel estratégico no enfrentamento das desigualdades, na promoção da proteção social e no fortalecimento das capacidades individuais e coletivas. Entre 2021 e 2025, Fortaleza consolidou uma agenda de políticas sociais orientada pela intersetorialidade, pela cooperação com organismos internacionais e pela busca de inovação institucional, com foco na ampliação do acesso à renda, na valorização dos vínculos comunitários e na promoção da inclusão produtiva.

Todavia, dada a complexidade do território urbano de Fortaleza e a quantidade de fatores que contribuem para a exclusão social, como a informalidade do trabalho, a insuficiência de renda, a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários e as desigualdades no acesso à educação e ao mercado de trabalho, é fundamental que se avalie de forma sistemática: até que ponto as políticas que

visam quebrar esses ciclos estão, de fato, conseguindo transformar a realidade social das pessoas que são atendidas.

Justificativa

As enormes diferenças socioeconômicas, que caracterizam as grandes cidades brasileiras, configuram, indubitavelmente, um dos principais desafios contemporâneos para a gestão pública. Nessa perspectiva, em Fortaleza, apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas nos âmbitos social, urbano e econômico, persistem expressivas contradições relacionadas à pobreza, à informalidade laboral, à precariedade habitacional e às desigualdades territoriais. Esse panorama mostra que é necessário, urgentemente, políticas públicas bem pensadas e estruturadas, que sejam guiadas pelos princípios de justiça social, igualdade e muita inovação na forma de desenvolver ações. Desse modo, pode-se garantir que a inclusão social e econômica aconteça de modo contínuo e que se sustente ao longo do tempo.

Na realidade de Fortaleza, o combate às desigualdades antigas ganhou uma nova urgência depois da pandemia de Covid-19. A crise sanitária agravou as fragilidades sociais que já existiam, sobrecarregou a rede de assistência e piorou a exclusão. Diante desse cenário, é essencial entender como a gestão municipal conseguiu responder. Logo, essa análise é fundamental para medir a eficácia do poder público em lidar com as emergências e com a complexidade social do dia a dia.

Frente a isso, a análise das políticas implementadas pela SDHDS, entre 2021 e 2025, assume especial relevância por notabilizar estratégias de governança intersetorial, ampliação da rede de assistência social, fortalecimento de programas de transferência de renda, incentivo à inclusão produtiva e cooperação com organismos internacionais e instituições acadêmicas. Essas iniciativas conferem a capital destaque no cenário nacional como um espaço de experimentação e inovação em políticas urbanas e sociais, demandando investigação científica que sistematize práticas, avalie resultados e identifique desafios para o seu aprimoramento.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa insere-se no campo dos estudos sobre políticas públicas, pobreza urbana, capacidades estatais e proteção social, dialogando com autores como Sen (2000), Sposati (2013), Yazbek (2021), Gomide

e Pires (2014) e Pequeno (2020). E, desse modo, condizente com pensamento de Amartya Sen (2000), ao afirmar que o desenvolvimento humano transcende a dimensão econômica e deve ser compreendido como a ampliação de liberdades e capacidades, perspectiva que converge com políticas municipais voltadas à proteção social, à formação e ao fortalecimento da autonomia cidadã.

No âmbito das políticas públicas, examinar a efetividade das estratégias adotadas pela Prefeitura de Fortaleza permite compreender em que medida os instrumentos de gestão, os arranjos institucionais e as parcerias estabelecidas, geradoras de resultados capazes de mitigar desigualdades estruturais e ampliar oportunidades para grupos em situação de vulnerabilidade. Ademais, a investigação contribui para o fortalecimento institucional ao oferecer evidências que podem orientar processos decisórios, aprimorar programas, qualificar o planejamento estratégico e subsidiar o financiamento de iniciativas sociais.

Sob a perspectiva do ângulo social e territorial, estudar a eficácia dessas estratégias políticas permite ligar o tema da proteção social diretamente às dinâmicas da cidade. É preciso reconhecer que a pobreza e a desigualdade não são abstratas; elas estão intrinsecamente ligadas e visíveis em cada bairro e em cada rua. Isso reforça a importância fundamental de criar ações e intervenções que levem em conta as particularidades de cada local, a diversidade de quem precisa de ajuda e a complexidade social e espacial do território

Por fim, esta análise tem um impacto prático direto. Seus resultados são capazes de oferecer apoio a gestores, técnicos e a todos que trabalham na criação e execução de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento das capacidades governamentais e para a consolidação de uma cultura administrativa orientada por evidências, inovação e participação social. A investigação se justifica, portanto, por dois pilares: Pela pertinência científica, pois conversa com as teorias mais atuais e contribui para o avanço dos estudos sobre políticas sociais e urbanas; e pela relevância social e institucional, visto que oferece informações valiosas para desenvolver estratégias mais eficientes e inclusivas na busca por uma Fortaleza mais justa, capaz de superar desafios e sustentável."

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender e avaliar a efetividade das políticas de inclusão socioeconômica desenvolvidas pela Prefeitura de Fortaleza entre 2021 e 2025, com realce nas ações promovidas pela Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, nas parcerias transversais estabelecidas e em seus impactos no enfrentamento das desigualdades urbanas.

Objetivos Específicos

DHDS no período analisado, que têm como foco a inclusão socioeconômica;

Analisar o alcance e perfis atendidos pelas políticas;

Examinar como funcionam e de que forma se sustentam as parcerias entre diferentes áreas do governo e as cooperações com outras instituições que dão base para a realização dessas ações;

Avaliar os indicadores socioeconômicos e territoriais que evidenciam os impactos das políticas implementadas;

Manifestar oportunidades que se repetem e sugerir caminhos para aprimorar as ações, visando fortalecer, de forma contínua, a inclusão socioeconômica no município.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desigualdades Urbanas e Direito à Cidade

Fortaleza caracteriza-se por uma marcada desigualdade territorial, resultante de um processo de expansão urbana que intensificou a periferização e o acesso desigual a serviços e oportunidades (Pequeno, 2020). Nesse contexto, a adoção de políticas urbanas e sociais integradas torna-se fundamental para enfrentar as disparidades estruturais (Souza, 2018; Maricato, 2011). Conforme argumenta Sen (2000), a inclusão socioeconômica ultrapassa a dimensão da renda, envolvendo a ampliação das capacidades e das liberdades reais que permitem aos indivíduos exercer plenamente sua cidadania.

2.2 Sistema Único de Assistência Social e Proteção Social

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) orienta todas as ações de assistência social com base no princípio dos direitos e na garantia da proteção social (Sposati, 2013; Yazbek, 2021). Nesse cenário, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados (CREAS) e os Centros Pop têm um papel fundamental. Assim, eles funcionam como as principais portas de entrada para a população ter acesso a: proteção, programas de renda, oportunidades de trabalho e o pleno exercício da cidadania (Raichelis, 2018; Pereira, 2016).

5.3 Inclusão Produtiva e Avaliação

Para que a inclusão no mercado de trabalho nas cidades seja bem-sucedida, ela precisa de estratégias que combinem qualificação profissional, apoio financeiro e a garantia de que a proteção social seja contínua (IPP/MDS, 2023; IPEA, 2024). Segundo Ferraz (2023) e Martini (2024), a eficácia dessas políticas depende de duas coisas: do acompanhamento constante feito por meio de indicadores socioeconômicos e de ações que ajudem as pessoas a se manterem no emprego e a formalizarem suas atividades de trabalho.

5.4 Governança Intersetorial

A capacidade do Estado e a cooperação entre os diferentes órgãos públicos são fatores que decidem se uma política será, de fato, eficaz (Gomide & Pires, 2014; Boschi & Faria, 2019; Cavalcante, 2022). Nesse sentido, a experiência de Fortaleza em conectar diversas redes de trabalho e promover a cooperação internacional representa um passo estratégico importante para fortalecer a gestão e fazer com que as ações sociais cheguem a mais pessoas.

3 METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter exploratório, descritivo e documental. A abordagem qualitativa é a mais indicada para entender problemas sociais complexos, uma vez que ela foca nos significados, nos contextos e nas interpretações que dão forma à criação e

execução das políticas públicas (Minayo, 2017; Creswell, 2014). O caráter exploratório permitirá ir mais a fundo na análise da eficácia das políticas de inclusão socioeconômica no município. Já a parte descritiva será usada para organizar e apresentar as informações coletadas de maneira clara, comparativa e analítica (Gil, 2010).

A vertente documental baseia-se no exame de registros oficiais, relatórios institucionais e fontes secundárias de domínio público, sem a realização de entrevistas ou coleta de dados primários. Conforme observa Cellard (2008), a pesquisa documental oferece subsídios para compreender processos institucionais e trajetórias históricas, além de permitir a identificação de diretrizes e a análise de evidências presentes em documentos legais e administrativos.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A análise dos documentos mostra que, entre 2021 e 2025, as ações de inclusão socioeconômica em Fortaleza seguiram uma abordagem conjunta que buscou combinar a proteção social com a entrada no mercado de trabalho e o fortalecimento das comunidades. É visível que o trabalho da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS) esteve alinhado com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), refletindo uma visão ampla do que significa desenvolvimento humano. Essa ótica está de acordo com Amartya Sen (2000), que entende o desenvolvimento como a ampliação das capacidades e das oportunidades das pessoas, junto com o acesso real a direitos e serviços que garantam uma vida digna.

4.1 Estrutura Institucional e Diretrizes Estratégicas

Os documentos analisados, como o Plano Plurianual (PPA), relatórios setoriais e diretrizes programáticas, indicam que Fortaleza adotou uma abordagem estruturada para o enfrentamento das vulnerabilidades, organizando iniciativas em eixos estratégicos como:

- Proteção social básica e especial;
- Transferência de renda e benefícios eventuais;
- Qualificação profissional e empreendedorismo;

- Programas de fortalecimento comunitário;
- Parcerias institucionais e cooperação internacional.

Esse arranjo demonstra uma compreensão das múltiplas dimensões da pobreza urbana, alinhando-se ao argumento de Sposati (2013) e Yazbek (2021), segundo os quais políticas eficazes devem integrar assistência, desenvolvimento social e promoção de autonomia.

4.2 Territorialização das Políticas e Alcance Social

A análise dos relatórios de gestão e das informações disponibilizadas pelo Observatório Fortaleza indica que as políticas de inclusão socioeconômica foram executadas com base em uma lógica territorializada, priorizando áreas caracterizadas por elevados índices de vulnerabilidade social e econômica, notadamente os territórios do Grande Jangurussu, Grande Bom Jardim e Barra do Ceará. Essa orientação reflete a adoção de uma estratégia de gestão atenta às dinâmicas urbanas e aos padrões de segregação socioespacial, em consonância com as reflexões de Pequeno (2020) sobre a relevância de políticas públicas alinhadas às especificidades dos territórios.

Nesse contexto, a estruturação dos serviços em equipamentos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados (CREAS) e os Centros Pop expressa a consolidação de uma rede descentralizada de proteção social. Tal configuração contribui para a ampliação do acesso a direitos, o fortalecimento dos vínculos comunitários e o estreitamento das relações entre o poder público e as comunidades vulnerabilizadas, potencializando a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito territorial.

4.3 Parcerias Intersetoriais e Cooperação Institucional

Os registros examinados indicam a presença de parcerias estabelecidas entre a Prefeitura de Fortaleza e diferentes esferas de governo, municipal, estadual e federal, além de cooperações firmadas com organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Bloomberg Philanthropies, a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Institute of the Americas. Esse arranjo institucional reflete um modelo de governança colaborativa que converge com as análises de

Gomide e Pires (2014) e Boschi e Faria (2019), para os quais a intersetorialidade e o fortalecimento das capacidades estatais são dimensões essenciais à formulação e implementação de políticas públicas efetivas.

A cooperação internacional, por sua vez, foi crucial para aumentar o alcance e a qualidade técnica das ações do município. Ela permitiu a troca de experiências, o acesso a novas metodologias de monitoramento e a ferramentas para a inovação na gestão pública. Por isso, esses mecanismos se mostraram essenciais para enfrentar os desafios atuais, que misturam problemas sociais, ambientais e econômicos como as mudanças climáticas, a pobreza em diversas dimensões e as vulnerabilidades que teimam em permanecer nas cidades.

4.4 Inserção Produtiva e Autonomia Econômica

Os documentos apontam para ações complementares à assistência social tradicional, como qualificação profissional, formação empreendedora, estímulo à economia solidária e apoio a iniciativas de microempreendedorismo. Essa integração reforça a compreensão de Pereira (2016) e Ferraz (2023) sobre a importância de políticas que combinem proteção e geração de renda.

Todavia, observa-se que o desafio da formalização laboral permanece significativo, uma vez que grande parte da população atendida se encontra na informalidade ou em ocupações precárias. Essa realidade ressalta a necessidade de ampliação das estratégias de inclusão produtiva e monitoramento de resultados de longo prazo.

4.5 Monitoramento, Indicadores e Resultados Observáveis

Embora os relatórios apresentem dados sobre pessoas atendidas, ações realizadas e recursos investidos, nota-se que ainda existem limitações na sistematização de indicadores de impacto e na avaliação longitudinal dos resultados. Essa lacuna está alinhada ao que Sen (2000) e Martini (2024) apontam como um dos principais desafios das políticas sociais: transformar participação e acesso em efetiva autonomia, renda sustentável e mobilidade social.

Há avanços perceptíveis na rede de serviços e no acesso a programas sociais, mas permanece a necessidade de:

- Fortalecer mecanismos de avaliação contínua;
- Produzir indicadores socioeconômicos territorializados;
- Monitorar trajetórias de beneficiários;
- Integrar sistemas de dados intersetoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa das políticas de inclusão socioeconômica, implementadas pela Prefeitura de Fortaleza, no período compreendido entre 2021 e 2025, revela um conjunto significativo de avanços institucionais e estratégias inovadoras voltadas à redução das vulnerabilidades sociais, fortalecimento das capacidades cidadãos e promoção da autonomia econômica. O estudo evidencia que a gestão municipal, por meio da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), consolidou iniciativas alinhadas às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estruturando programas e serviços com base na proteção social, na inclusão produtiva e no desenvolvimento humano.

Sob essa ótica, os resultados observados a partir dos documentos analisados indicam que Fortaleza adota um modelo de gestão social que reconhece a complexidade das desigualdades urbanas e busca enfrentá-las mediante políticas territorializadas, integradas e intersetoriais. Tal abordagem encontra fundamento teórico no modelo de desenvolvimento como expansão de capacidades formulado por Sen (2000), que ressalta a necessidade de ampliar liberdades, direitos e oportunidades para construção de cidadania ativa e inclusão sustentável. Do mesmo modo, dialoga com o arcabouço teórico construído por autoras como Sposati (2013), Yazbek (2021) e Raichelis (2018), que destacam a centralidade da assistência social como política pública estruturante.

A averiguação de documentos aponta que o município obteve avanços expressivos no fortalecimento da rede socioassistencial, na ampliação do número de atendimentos, na promoção de ações de formação e qualificação profissional e na consolidação de uma estratégia de cooperação internacional voltada à inovação e à gestão baseada em evidências. Iniciativas como o programa Fortaleza Inclusiva, parcerias com organismos multilaterais e as estratégias de digitalização e monitoramento representam marcos relevantes na trajetória recente de políticas

sociais no município.

No entanto, o estudo também revela desafios importantes a serem enfrentados para o aprimoramento contínuo dessas políticas. Entre eles, destaca-se a necessidade de fortalecer os mecanismos de avaliação e monitoramento de impacto, de ampliar o vínculo entre inclusão produtiva e formalização laboral, e de assegurar a continuidade das políticas para além dos ciclos governamentais. Tais desafios encontram eco nas reflexões de Gomide e Pires (2014), Boschi e Faria (2019) e Martini (2024), para os quais a capacidade estatal, a governança colaborativa e a institucionalização de processos avaliativos são dimensões essenciais para a sustentabilidade das políticas públicas.

A experiência de Fortaleza demonstra que a combinação entre proteção social, intersectorialidade, inovação institucional e cooperação internacional é capaz de produzir respostas mais eficazes às desigualdades urbanas contemporâneas. Entretanto, a complexidade dos processos de exclusão social requer que as ações sejam contínuas, monitoradas e aprimoradas a partir de indicadores objetivos e metodologias de avaliação robustas.

Diante disso, este estudo contribui não apenas para o entendimento das políticas municipais de inclusão socioeconômica, mas também para o debate nacional sobre desenvolvimento social urbano, evidenciando que cidades que estruturam sua atuação a partir de princípios de equidade, participação social, evidências e inovação institucional tendem a produzir resultados mais consistentes e transformadores.

Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o escopo da análise, incorporando avaliações quantitativas, entrevistas com gestores e beneficiários, análises comparativas com outras capitais e aprofundamento dos impactos territoriais e comunitários. Tais estudos podem ampliar a compreensão sobre os resultados e os desafios das políticas de inclusão socioeconômica, contribuindo para o fortalecimento das capacidades estatais e para a consolidação de modelos urbanos mais inclusivos, democráticos e equitativos.

Em síntese, conclui-se que a capital fortalezense apresenta uma trajetória relevante e promissora no campo da proteção social e da inclusão socioeconômica; contudo, consolidar e ampliar os resultados exige persistência, aprimoramento técnico, gestão baseada em evidências e, sobretudo, compromisso público contínuo com a justiça social e a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BOSCHI, Renato; FARIA, Carlos Aurélio P. (Orgs.). **Capacidades estatais e desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

CAVALCANTE, P. L. C. Pedro Luiz Costa. **Governança e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2022.

CELLARD, A. Pedro Luiz Costa. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERRAZ, Lucas. **Inclusão produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Humanitas, 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Orgs.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Políticas de inclusão produtiva no Brasil: diagnóstico e recomendações**. Brasília: Ipea, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO – IPP/MDS. **Inclusão produtiva e proteção social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social, 2023.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MARTINI, Luiza Fernanda. **Avaliação de políticas sociais e indicadores de impacto**. Curitiba: Appris, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

PEQUENO, Renato. **Desigualdades urbanas em Fortaleza: território, segregação e políticas públicas**. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

PEREIRA, Maria Carla. **Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e inclusão social**. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel. **Gestão social e políticas públicas**. São Paulo: Cortez,

2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SPOSATI, Aldaíza. **Proteção social e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Política social no capitalismo periférico**. São Paulo: Cortez, 2021.